

A EMPRESA LUCRA, O MOVIMENTO UNIFICADO DAS VÍTIMAS DA BRASKEM LUTA E O POVO SOFRE OS EFEITOS DE UM CRIME CORPORATIVO EM MACEIÓ – AL

THE COMPANY PROFITS, THE UNITED MOVEMENT OF BRASKEM'S VICTIMS FIGHTS AND THE PEOPLE SUFFER THE EFFECTS OF A CORPORATE CRIME IN MACEIÓ - AL

Paulo Éverton Mota Simões¹

¹Universidade Federal de Alagoas,
Maceió, AL, Brasil

Resumo: O objetivo deste texto é refletir criticamente sobre o processo de reparação do crime corporativo, cometido pela empresa transnacional petroquímica Braskem, que afundou e rachou parte de Maceió em 2018. Trata-se de uma abordagem qualitativa de pesquisa, que utiliza evidências colhidas por análise documental. Constatou-se que desde sua implantação, ainda enquanto Salgema S/A, a empresa obteve a connivência das instâncias públicas administrativas e fiscalizatórias para manter um modo predatório de mineração. Após o termo de acordo, firmado junto ao MPF em 2020, a Braskem vem realizando um processo de reparação que tem sido incessantemente questionado pelos atingidos e por pesquisadores. O modelo de reparação em andamento se revela favorável à empresa, que após a anuência do MPF, tem se tornado proprietária de toda a área desocupada pelo processo indenizatório, cerca de 300 hectares de terras urbanas em Maceió. Conclui-se que a transparência na divulgação de dados sobre a reparação é questionável e que está longe ainda a reparação integral. Às vítimas se impôs o adoecimento psíquico, suicídios, desvalorização imobiliária e perdas na dinâmica de geração de trabalho e de renda. A Maceió legou-se desterritorialização de pessoas, danos e interrupção na prestação de serviços públicos.

Palavras-chave: Braskem. Crime. Maceió. MUVB.

Abstract: The aim of this text is to critically reflect on the process of reparation for the corporate crime, committed by the transnational petrochemical company Braskem, which sank and cracked part of Maceió in 2018. This is a qualitative research approach, which uses evidence collected by documentary analysis. It was found that since its implementation, still as Salgema S/A, the company obtained the connivance of the administrative and supervisory public instances to maintain a predatory mining mode. After the settlement agreement, signed with the MPF in 2020, Braskem has been carrying out a reparation process that

has been incessantly questioned by those affected and by researchers. The ongoing reparation model proves to be favorable to the company, which, after the consent of the MPF, has become the owner of the entire area vacated by the indemnification process, about 300 hectares of urban land in Maceió. It can be concluded that the transparency in the disclosure of data on reparation is questionable and that full reparation is still a long way off. The victims have suffered psychological illness, suicides, real estate devaluation and losses in the dynamics of job and income generation. Maceió was left with the deterritorialization of people, damage and interruption in the provision of public services.

Keywords: Braskem. Crime. Maceió. MUVB.

Introdução

Empresas que se destacam em práticas ou índices de sustentabilidade difundidos pelo mercado, não raro, são as mesmas que protagonizam desastres causadores de danos imensuráveis às pessoas e à Natureza. Discursos em torno da sustentabilidade das empresas se constroem com o objetivo de tornar compatível a relação entre crescimento econômico e cuidado com a Natureza na economia-mundo capitalista (Simões, 2019).

Episódios protagonizados por grandes corporações nos últimos anos - o crime socioambiental em Maceió, assim como os dois precedentes no interior de Minas Gerais - são exemplos de um modo de operação de empresas na periferia do capitalismo. Está em curso um modelo de gestão socioambiental (Simões; Ericson, 2021; Simões, 2022) no qual grandes corporações se apropriam privadamente de bens naturais coletivos, de modo a aumentar sua lucratividade pela transformação de bens não mercantis em mercadoria, enquanto transferem os danos sociais e ambientais à sociedade.

Onde há mineração ocorrem conflitos, cujas vítimas são as populações situadas em seu entorno. Em Maceió, os conflitos urbanos entre moradores do Pontal da Barra e a antiga Salgema, hoje Braskem, foram estudados de maneira pioneira por Vieira (1997) em sua obra *Daqui só saio o pó*. Nos últimos cinco anos, o ambiente conflituoso se acentuou. Depois de um tremor de magnitude 2,5 na escala Richter, ocorrido em 3 de março de 2018, grandes áreas nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol foram evacuadas.

A Companhia de Pesquisa de Recurso Minerais (CPRM), em maio de 2019, constatou que o processo de subsidência em curso é proveniente da mineração de sal-gema pela Braskem (CPRM, 2019). Tem havido evacuação em massa e desvalorização dos imóveis remanescentes nas imediações das áreas atingidas, incluído o bairro Mutange, que se tornou totalmente inhabitado. As pessoas que permaneceram nos bairros afetados, por seus imóveis não terem sido incluídos no

zoneamento de risco, como são os casos dos Flexais e da rua Marquês de Abrantes, padecem um processo de “ilhamento” socioeconômico (Maceió, 2021a), “[...] uma vez que estão sem acesso aos equipamentos e políticas públicas necessárias à manutenção da vida em comunidade [...]” (Maceió, 2021b, p. 25).

A tragédia de Maceió é somente mais uma que ocorre em uma era de desastres, quando se perenizam forças sociais predatórias de Natureza e desmobilizadores da reação social, uma “[...] faceta espoliadora do capitalismo e perversa da política” (Valêncio, 2021, p. 104). Fragoso (2022) explica como as instâncias de Estado têm sido coniventes com os crimes perpetrados em Maceió. Houve localização irregular da planta em área de restinga sem estudos de impactos ambientais e licença para operar. Além disso, a regularização da empresa, à época, se deu via um tipo manobra “estranha” entre Câmara e Prefeitura, utilizando um documento baseado na Lei nº 2.485 de 16 jun. 1978: “Incompleto, sem dados técnicos e, pior, com uma anotação abaixo da sua tabela, onde reza: para ser preenchido ‘a critério do órgão competente o Planejamento do Distrito Industrial Cloro-Químico’ – que, além de tudo, não pertence à Prefeitura...” (Fragoso, 2022, p. 99).

Galindo (2022, p. 62) afirma que o inicial e grande erro foi instalar a empresa sem estudo que identificasse possíveis falhas geológicas. O autor indica ausência de extração de amostras até 1,3 km de profundidade, no que tange à elaboração dos perfis geológicos da área das minas, o que teria permitido a ciência de que “[...] a camada com 200 m de espessura, que está logo acima da camada de sal-gema, é de baixa a muito baixa resistência”. Além disso, ressalta: “Mais de 70% das minas foram projetadas e executadas com diâmetros muito acima do diâmetro seguro. Como também as distâncias entre elas são muito menores que as recomendáveis.” (Galindo, 2022, p. 62).

Fragoso (2022) aponta outros erros: vassalagem e anomias por parte da fiscalização; ausência de negociação com os governos de Maceió e do estado de Alagoas para resarcimento de prejuízos materiais e imateriais; e vista grossa das autoridades frente à permanência das instalações em área urbana. É comum a precarização do controle e ausência de fiscalização do Estado sobre empresas por meio de: *lobby* do setor mineral sobre o Legislativo Federal; redução de orçamento da Agência Nacional de Mineração (ANM); esvaziamento da fiscalização das atividades de extração mineral, inclusive por legislação. (Milanez; Wanderley, 2020).

A falta intencional de fiscalização, portanto, não caracteriza um fenômeno novo. Como apresentado por Fragoso (2022), no caso da Braskem em Alagoas, houve “[...] um círculo de erros, equívocos, anomias e prevaricações protagonizadas pelos órgãos responsáveis pela supervisão e ‘fiscalização passiva’ da empresa” (Fragoso, 2022, p. 101-102). A omissão de autoridades públicas em relação à Braskem é flagrante quando se constata que “[...] foram 20 anos [1975-1995] de perfuração sem projeto técnico de locação das minas. E muito menos um estudo de subsidência que poderia ocorrer na área da exploração [...]” (Galindo, 2022, p. 46).

A conivência do Estado com o *modus operandi* das grandes corporações favorece a impunidade e produz um sentido de que o crime compensa. O objetivo deste texto é refletir criticamente sobre o crime corporativo que afundou e rachou parte da capital alagoana, Maceió. Trata-se de uma abordagem qualitativa de pesquisa, fundamentada teoricamente e que utiliza evidências colhidas por análise documental (Yin, 2016). Além de relatórios disponíveis no portal eletrônico da Braskem, foram coletados dados e depoimentos de pessoas atingidas, produzidos por veículos de imprensa locais e nacionais.

Além desta introdução há uma seção na qual se discute que a Braskem não assume a autoria de seu crime enquanto os governos e os atingidos constam como partes no Termo de Acordo. A seção seguinte trata de impactos que tem feito o povo de Maceió sofrer enquanto a Braskem lucra. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Reparação sem condenação, acordos sem participação popular

A Braskem segue, após seis anos do tremor de terra causado pela subsidência do solo, sem responsabilização penal e tampouco admissão pública da autoria do crime-desastre. A empresa trata-o como decorrência de um fenômeno geológico para o qual “[...] vem contribuindo com o poder público na compreensão [...] e na minimização dos efeitos sobre os moradores” (Braskem, 2023-a, p. 6). É mister confrontar tal visão com o conceito de crime corporativo, que é, justamente:

[...] uma ação ou omissão ilegal ou socialmente prejudicial e danosa contra o indivíduo ou a sociedade produzida na interação de atores envolvidos em estruturas organizacionais e interorganizacionais, na busca de objetivos corporativos de uma ou mais corporação de negócios, resultando em prejuízos imateriais ou materiais aos seres vivos e às atividades humanas. (Medeiros; Silveira, 2017, p. 41).

Em nenhum dos acordos judiciais, a autoria do crime socioambiental foi imputada à empresa, mesmo com sua comprovação atestada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) como resultado de décadas de uma mineração desastrosa de sal-gema, que ativou a falha geológica e provocou afundamento do solo. Em novembro de 2019 foi criado o Programa de Compensação Financeira (PCF) para os atingidos das áreas de desocupação e monitoramento definidas pela Defesa Civil, celebrado em janeiro de 2020, entre Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE) e a petroquímica, na Justiça Federal, para desocupação das áreas de risco e respectivas indenizações. O Termo de Acordo é o processo número 80657774.2019.4.05.8000, assinado em 30 de dezembro de 2020.

A Braskem não foi condenada nem obrigada a se declarar culpada pelo crime que cometeu. Coube-lhe estabilizar e fechar as minas, bem como monitorar a subsidência. Os valores previstos no acordo são: a) cláusula 57, intervenções sociourbanísticas em áreas desocupadas: R\$ 722 milhões; b) cláusula 62, mobilidade urbana, exceto VLT: R\$ 360 milhões; c) cláusula 67,

compensação social: R\$ 198 milhões; d) cláusula 69, dano moral coletivo: R\$ 150 milhões; e) cláusulas 56, 63 e 69 que podem ter adicional, não ultrapassando R\$ 150 milhões, divido entre elas. Previstos no acordo, aproximadamente, estão R\$ 1,58 bilhões (MPF, 2020).

As vítimas da Braskem alegam que não foram ouvidas e tampouco assessoradas de modo a ter suas reivindicações atendidas para uma justa reparação dos danos. Segundo o MUVB, a atuação do MPF na construção dos acordos judiciais só beneficiou a empresa. Ademais, os dois primeiros acordos foram pactuados e homologados sem a inclusão de representantes da Prefeitura de Maceió, do Governo do Estado de Alagoas e tampouco dos atingidos:

Nós não participamos da construção desse acordo, que veio a beneficiar mais a empresa infratora do que as suas vítimas. Um acordo sem critérios claros e justos, deixando a população afetada numa situação vulnerável para negociar diretamente com a mineradora. Os valores oferecidos nas indenizações são irrisórios, que na maioria dos casos não chega nem a metade do valor real do imóvel e não dá condições a vítima de adquirir outro imóvel compatível com o seu patrimônio, visto que os valores dos imóveis em Maceió subiram de forma exorbitante. [...] As indenizações por danos morais são uma “imoralidade”, R\$ 40 mil por núcleo familiar e não por pessoa residente no imóvel. É importante ressaltar que este acordo deixou os empreendedores sem indenização por danos morais, como se estes não tivessem sofrido os mesmos danos pelo afundamento do solo (Souza, 2023a).

Na tabela 1 são apresentadas outras contestações ao Termo de Acordo celebrado pelo MPF em 2020.

Tabela 1 - Contestações das vítimas

Vítima	Data	Contestação
Cássio Araújo, ex-morador do Pinheiro e integrante do MUVB.	8/01/2022	“Uma máxima e amplamente divulgada tese de um filósofo grego diz que os iguais têm que ser tratados iguais e os desiguais de forma desigual, isto é diferente. Em toda disputa trabalhista o trabalhador é considerado de menor poder em relação à empresa, mesma regra se aplica ao direito do consumidor, para isso foram criados os Procons. Já neste caso, as pessoas foram conduzidas a negociar com o maior interessado em pagar menos, que é a Braskem, é óbvio que a Braskem não está interessada em despesar grandes valores, quanto mais economizar melhor. A figura do advogado entrou como um adorno e o morador acaba sendo vencido pela necessidade da moradia. Na prática isso vence o morador pelo cansaço. Porque se vê inseguro quanto à incerteza de uma decisão judicial que pode durar muito tempo e acaba aceitando a proposta. Aqui, a Braskem diz que a casa vale R\$ 100 mil, o morador tem uma avaliação que diz que vale R\$ 300 mil, mas a Braskem diz que vale R\$ 100 mil e a pessoa fica à mercê de aceitar qualquer valor ou iniciar uma disputa. Imagine você de uma hora para a outra virar um sem-teto? A Braskem informou que já aplicou R\$ 1,6 bilhão nas indenizações a cerca de 10 mil moradores. Se fizermos um cálculo rápido isso dá uma média de R\$ 160 mil por pessoa, considerando os R\$ 40 mil de danos morais, a média de indenização de cada imóvel é de R\$ 120 mil. O resultado desse acordo vai ser o empobrecimento e o adoecimento ainda maior dessas famílias que vão precisar morar em lugares aquém do que moravam, em realidades muito diferentes, precisando destinar recursos que talvez não estariam disponíveis em algo que é essencial que é a moradia, que em muitos casos foi o investimento de uma vida toda”.

Augusto Cícero da Silva, líder comunitário, ex-morador do bairro Bebedouro.	17/05/2022	"Eu não estava com meus imóveis à venda. Nenhum dos meus vizinhos estava. Fomos obrigados a sair e o que foi oferecido como indenização por dano moral euachei um absurdo. Com o que eles pagam, tive de vir para um bairro distante de onde eu morava, há mais de duas horas no transporte público da sede da nossa associação comunitária, que é um lugar onde eu chegava em minutos antes de ser retirado".
Heloísa Muniz do Amaral, engenheira agrônoma e ex-moradora do Pinheiro.	15/10/2022	"A gente fechou a negociação entre abril e maio [de 2020] porque eu não tinha estômago, espírito, condições de entrar em uma questão com a Braskem. Ela me ofereceu R\$ 5 mil a menos do que valia meu apartamento cinco anos atrás. Isso de você estar desde os 17 anos morando em um lugar, que você conhece o povo, que você tem o salão, a padaria, o supermercado, que você tem a costureira, a amiga, a vizinha... não tem preço de dano moral que pague isso, não existe! Isso é um buraco tão grande, tão profundo, que eu não sei se algum dia vai fechar. Esse buraco é muito maior do que as minas que a Braskem tem no subsolo".
Alexandre Sampaio, Associação dos Empreendedores de Pinheiro.	15/10/2022	"Não há imóveis suficientes para todas as famílias que estão sendo alocadas. Dificilmente você vai conseguir um imóvel equivalente. Em Maceió, com este colapso de 15 mil imóveis em um ano e meio, você tem uma demanda absurda por alugueis. Os preços subiram e as pessoas não conseguem pagar. Isto já traz um prejuízo enorme e desequilibra a renda familiar. Isto também aconteceu com as empresas. Agora, que as indenizações começam a avançar, mesmo que você receba o valor avaliado, você não vai para um lugar do mesmo padrão. Cinco anos atrás, Maceió já tinha um déficit habitacional de cerca de 27 mil moradias. Este déficit cresceu quase 50%, com 15 mil moradias a mais".
Neirevane Nunes, professora, membro do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) e ex-moradora do bairro Bebedouro.	29/10/2022	"Esse acordo deixou as vítimas da mineradora em uma situação extremamente difícil. Vale ressaltar que o acordo não teve a anuência da população afetada e nós, vítimas, não participamos da construção dos termos." O acordo deveria prever uma assessoria técnica geral para todas as vítimas e o estabelecimento de parâmetros gerais de negociação, como o MUVB propôs em 2021, com o pedido de autocomposição. O Ministério Público de Alagoas e os demais órgãos da força-tarefa negaram esse pedido".

Fonte: Elaboração do autor a partir de Batista (2022); Afonso; Rocha (2021); Pimentel (2022); e Veleda (2022).

A reparação, para além da realocação das pessoas, desocupação e gestão das áreas atingidas, depende do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS).¹ Em 16 de fevereiro de 2023, o MPF divulgou um documento de mais de 700 páginas, que diz respeito à fase de estudos relativos ao Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS, elaborado pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios. Nas palavras do MPF, o

[...] documento apresenta os resultados da fase de estudos relativa ao Diagnóstico para dar cumprimento à fase seguinte, que é de debate para a construção coletiva das ações e medidas sócio-urbanísticas que serão realizadas, com o intuito de buscar uma forma de compensar impactos nas dinâmicas sociais e urbanas gerados pela desocupação de Mutange e de parte dos bairros de Bebedouro, Pinheiro, Bom Parto e Farol [...] (Ascom, 2023).

1 O documento em formato pdf, encontra-se no link [https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssfs/readFile/share/506151/-8739495276512063683/publicLink/1.11.000.000144.2021-60%20\(1\).pdf](https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssfs/readFile/share/506151/-8739495276512063683/publicLink/1.11.000.000144.2021-60%20(1).pdf).

O valor provisionado para o trabalho contratado, junto à empresa Diagonal, corresponde à previsão constante no Termo de Acordo a cifra de R\$ 198 milhões (MPF, 2020). Entre a divulgação do documento e as escutas públicas (ocorreram nos dias 7, 14, 21 e 28 de março de 2023), o tempo foi ínfimo para que as pessoas interessadas pudessem ter conhecimento da divulgação do relatório, pudessem ler, assimilar seu conteúdo e preparar seus questionamentos ou sugestões.

O Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas foi criticado pelos atingidos, intelectuais e profissionais que participaram das escutas, como se observa nos vídeos veiculados pela Diagonal (<https://www.youtube.com/@maisdialogos/featured>). Em 12/04/2023, veio à tona o Dossiê crítico sobre as escutas públicas da empresa Diagonal, que contou com atuação de profissionais de formação diversificada, a fim de “[...] expor para a sociedade as falhas, omissões e lacunas dos estudos apresentados pela empresa Diagonal e informar a sociedade sobre os potenciais impactos socioambientais que não estão dispostos no documento construído pela Diagonal.”. (Manhas *et al.*, 2023, p. 3).

Uma síntese das críticas pode ser encontrada também em Souza (2023b). As evidências revelam que houve uma atuação deliberada da Braskem, contratante da Diagonal, no sentido de dificultar a efetiva participação social.

A Braskem lucra, o MUVB luta e o povo sofre

O que se verifica a partir dos dados analisados é que o foco da ação da empresa tem estado no fechamento dos 35 poços de extração de sal-gema e na desocupação e demais intervenções para o tratamento das áreas de risco e monitoramento. No relatório (Braskem, 2023a), a linguagem adotada para se referir à reparação socioambiental utiliza o tempo verbal no futuro, indicando que esse trabalho se encontra ainda por fazer. A empresa alega seguir “com obras de preenchimento com areia, tamponamento com cimento e monitoramento técnico contínuo [...]” (Braskem, 2023a, p. 48).

Sobre tais poços de lavra, Galindo (2022) explica que de 1975 a 1995 não existiu qualquer projeto técnico de sua localização, tampouco estudos para a verificação da possibilidade futura de alguma subsidência. Mais de 70% das minas possuíam diâmetros e distâncias entre si superiores ao recomendado, sem estudo preliminar para detecção de subsidência futura em um raio de 950 metros. Padilha (2022, p. 128) complementa que “[...] as atividades de mineração do sal-gema aconteceram num limbo de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, a exemplo do Instituto do Meio Ambiente (IMA), durante praticamente 40 anos, contados até os dias atuais”.

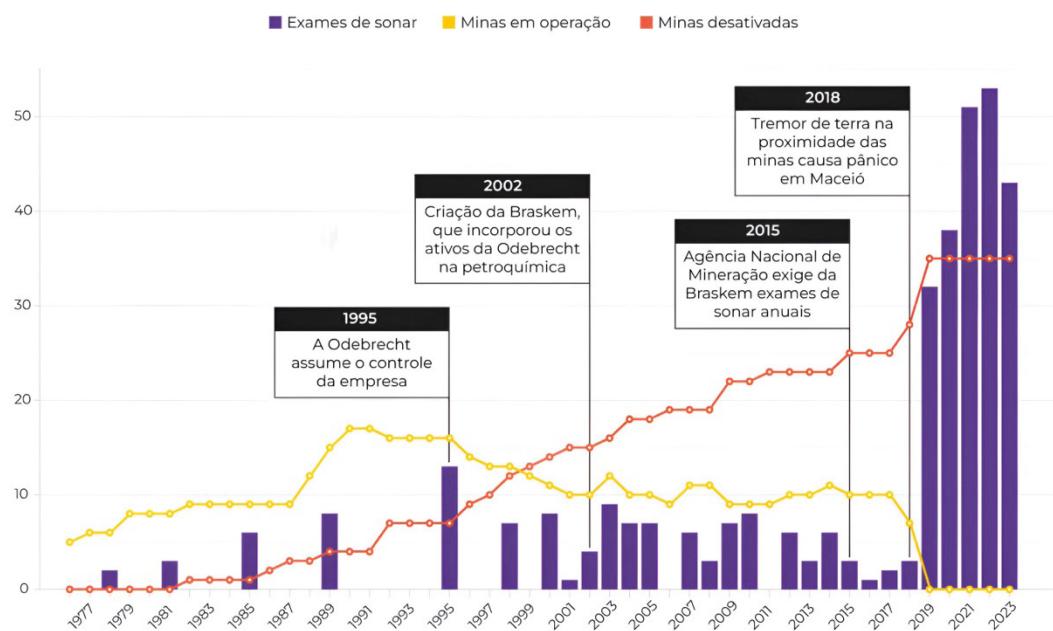
De acordo com Balthazar (2024a), a Braskem realizou monitoramento com sonar, esporadicamente, entre as décadas de 1980 e 1990. De 2015 até 2018, mesmo com a exigência da ANM, a empresa analisou com sonar somente 4 das suas 35 minas. Em 2014, houve recomendação para que os exames de sonar fossem anuais em minas ativas, a cada 5 anos nas

minas desativadas e, a partir de 2015, a ANM exigiu que isso fosse feito. Naquele ano, somente 3 das 10 minas em atividade foram analisadas por esse método. Nos anos seguintes, até o tremor de 2018, houve exames em apenas mais uma mina. Desde o começo dos anos 2000, as sondagens com sonar não foram realizadas com a periodicidade recomendada.

Quando a ANM exigiu o monitoramento, havia 25 minas desativadas. Desses, apenas em 4 o procedimento foi realizado após seu fechamento, uma única vez. Exames regulares em todas as minas passaram a ocorrer após tremor de 2018. Em 2019, exames revelaram que em 18 das 35 minas houve desmoronamentos. É o caso da mina 18, cujo rompimento no fundo da Laguna Mundaú ocorreu em dezembro de 2023, desativada desde 2014, teve o risco de rompimento detectado sete meses antes de se romper. A partir de dados obtidos por satélites, nota-se que há um afundamento lento e contínuo, estimado entre 40 cm e 2 m, desde 2004. (Balthazar, 2024a)

A figura 1 ilustra o registro dos exames de sonar realizados, por ano, desde o final da década de 1970 até 2023.

Figura 1 – Exames das minas realizados por sonar entre 1977 e 2023



Fonte: Balthazar, 2024a.

A despeito da tragédia iniciada em 2018, nota-se que a empresa ainda teve anos de lucros relevantes. Em 2019, o lucro anual da Braskem foi revertido em prejuízo, inclusive tendo a divulgação de seu balanço postergada mais de uma vez, ocorrendo fora do prazo regulamentar da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): “[...] as fortes perdas contabilizadas no quarto trimestre e em 2019 se devem à provisão contábil de R\$ 3,383 bilhões referente ao acordo firmado com o governo de Alagoas, de modo a compensar o Estado pelo impacto das operações de mineração da empresa.” (Aguiar, 2020).

Apesar desse revés, no que tange ao lucro líquido da empresa, um levantamento de 10 anos revela uma tendência de aumento, excetuando-se apenas uma queda brusca a partir de 2022.² Em março de 2023, a empresa registrou prejuízo bilionário, referente ao quarto trimestre de 2022, o que alterou a perspectiva de lucro prevista. Tal resultado se deve às questões de oferta e demanda de policloreto de vinila (PVC) e de outros insumos, cujos preços diminuíram no segundo semestre de 2022, devido à dinâmica entre a oferta e a demanda globais. Existem fatores que contribuíram para diminuição da demanda no período: política Covid-zero, que repercutiu no crescimento da China, e as incertezas do cenário nos Estados Unidos e na Europa (Brandão, 2023).

Ao observar o lucro líquido de R\$ 14 bilhões em 2021, ainda que se leve em conta o prejuízo líquido de R\$ 336 milhões em 2022, que em nada se relaciona à tragédia de Maceió, constatou-se que o lucro líquido cresceu quase cinco vezes de 2018 a 2021. Em 2021, mesmo após comprovada a responsabilidade sobre a mineração desastrosa, a Braskem consegue ter suas ações vendidas na bolsa de valores, vinculadas ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3,³ o que a faz ser reconhecida como uma empresa que adota as melhores práticas de governança corporativa, responsabilidade social, gestão econômico-financeira e ambiental. Esse dado, no mínimo, representa uma evidência para o questionamento ao falacioso discurso da sustentabilidade empresarial como já estudado por Simões (2019) no caso específico da mineradora Vale.

Além dos lucros obtidos por meio de sua atividade industrial, a Braskem vem se tornando proprietária de toda a área desocupada pelo processo indenizatório. São 3 km de orla lagunar e cerca de 300 hectares de áreas urbanas em Maceió. Estima-se que o ativo imobiliário seja da ordem dos R\$ 40 bilhões (Angelo, 2021; Pronzato, 2021).

Na cláusula 58, parágrafo segundo do Termo de Acordo, o MPF estabeleceu que “a Braskem não deve edificar, para fins comerciais ou habitacionais, nas áreas originalmente privadas e para ela transferidas em decorrência da execução do programa de compensação financeira *salvo se, após a estabilização do fenômeno de subsidência, caso esta venha a ocorrer, isso venha a ser permitido pelo plano diretor de desenvolvimento urbano da cidade de Maceió-AL*” (MPF, 2020, p. 17, grifo nosso). Aí é a situação na qual se evidencia o “pulo do gato”, pois denota a possibilidade de a área ser explorada economicamente pela Braskem.

O Plano Diretor do Município de Maceió é de 2005 e está com a reformulação atrasada há uma década, mas já há evidências de que será atualizado, pois em 13 de julho de 2023, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maceió (IPLAN) emitiu a Portaria 001/2023, constituindo uma comissão especial mista de estudo técnico preliminar para contratação de

2 Reportagem de novembro de 2022, indica que a empresa teria atribuído aos acionistas um lucro líquido anual R\$ 1,4 bilhão (<https://economia.uol.com.br/mais/suno/noticias/2022/11/09;braskem-brkm5-tem-prejuizo-liquido-de-r-11-bilhao-no-3tri22.htm>). No entanto, a divulgação feita pela Braskem, em março de 2023, revela que a empresa converteu o lucro em prejuízo.

3 Bolsa de valores brasileira, sediada em São Paulo, capital.

empresa especializada que irá revisar e atualizar o Plano Diretor. O MUVB tem se posicionado a fim de dar visibilidade à despossessão das áreas urbanas em curso pela Braskem:

A Força Tarefa, através do acordo socioambiental, transfere ao Município de Maceió a total responsabilidade sobre o futuro da área condicionada à estabilização da região e às diretrizes do Plano Diretor do Município, considerando que sua primeira versão data de 2005 e necessita de urgente atualização. Assim, a população precisa estar atenta e participar, ativamente, de todo o processo de reformulação do Plano Diretor, para que não se permita que a Braskem, de forma alguma, venha a edificar nesta área (Souza, 2023a).

Há evidências de que houve alteração sem precedentes no cenário imobiliário na capital alagoana. Entre 2019 e a primeira metade de 2022, Maceió teve um aumento de 30% no preço dos imóveis para venda, tendo o valor médio do metro quadrado saltado de R\$ 4,99 mil para R\$ 6,5 mil em apenas três anos (Valor Econômico, 2022, grifo nosso). Esse cenário de valorização beneficia a empresa, caso no futuro o Plano Diretor lhe confira o direito de comercializar.

Se observado o índice da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e do grupo Zap+ da OLX, Fipe Zap+, dentre os imóveis pesquisados em Maceió, no período de março de 2022 a março de 2023, nota-se uma valorização de 12,94%. Índice bastante acima da média das cidades pesquisadas: 5,66%. Maceió figura em tal pesquisa como a capital do Nordeste com a média mais alta do metro quadrado entre os anúncios (R\$ 7.349), acima de Recife (R\$ 7.302), Fortaleza (R\$ 6.901), Salvador (R\$ 5.681) e João Pessoa (R\$ 5.607). Uma das principais hipóteses para justificar a valorização é exatamente o deslocamento dos moradores dos bairros afetados (*Agenda A*, 2023).

Após causar tanta destruição em Maceió, a estimativa de ganhos da Braskem é escandalosa. Trata-se de um exemplo de acumulação por espoliação/despossessão que assume muitas formas, dentre elas: expulsões de povos do campo; coexistência com a agricultura familiar em benefício do agronegócio; apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais anteriores ao capitalismo; biopirataria; mercadificação da Natureza; corporativização e privatização de bens e utilidades públicas, sempre se valendo do poder do Estado para se concretizar (Harvey, 2013).

Tem se revelado difícil a tarefa de estimar o custo total que a corporação terá com a reparação, dada a falta de transparência e acesso às informações. Houve lucro líquido (R\$ 32,5 bilhões) e prejuízo (R\$ 3,1 bilhões), acumulados entre os anos 2013 e 2023. Foram previstos no Termo de Acordo R\$ 1,6 bilhões. Além de 3,5 bilhões em custos advocatícios e a informação⁴ da provisão de R\$ 6,6 bilhões (registrada no passivo circulante e passivo não circulante) para fazer frente às obrigações decorrentes da mineração desastrosa. Subtraindo-se os custos, a empresa detém um saldo positivo (considerando somente de 2013 a 2022) de R\$ 19,3 bilhões de lucro líquido acumulado, o que corresponde à média R\$ 1,93 bilhões por ano. O que se viu até aqui é que a mineração desastrosa foi bastante lucrativa para a empresa.

⁴ Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/540b55c5-af99-45f7-a772-92665eb948e9/b627f90b-eab3-15b1-3853-be6df473b9d7?origin=1>), publicado em 2023.

A Braskem pagou R\$ 3,9 bilhões por 14,5 mil imóveis, somados residências e comércios. Foram provisionados R\$ 14 bilhões, sendo R\$ 4 bilhões desembolsados até aqui com indenizações e R\$ 6 bilhões previstos para fechar as minas, monitorar áreas de risco e reparar danos. A Associação dos Empreendedores e Vítimas da Mineração em Maceió afirma que, baseado em critérios propostos pelas organizações Corte Interamericana de Direitos Humanos, Cáritas e Fundação Getúlio Vargas, para casos similares, o custo assumido pela empresa seria em torno de R\$ 30 bilhões, ou seja, o dobro do que foi previsto pela Braskem (Balthazar, 2024b).

Há mais uma tragédia dentro da catástrofe, um drama silenciado pela omissão das autoridades: o adoecimento mental das vítimas. Há uma dificuldade de mensurar o impacto desse adoecimento, uma vez que não há dados disponibilizados por órgãos de Saúde pública ou pela Braskem. Destarte, na tabela 2, alguns depoimentos retirados de portais locais de notícias e do documentário *A Braskem passou por aqui* evidenciam o sofrimento psíquico narrado pelas vítimas.

Tabela 2 - Depoimentos das vítimas acerca de sofrimento psíquico

Vítima	Referência	Depoimento
Eliana Cavalcanti, ex-proprietária e idealizadora de uma escola de balé	Pronzato, 2021	Eu já emagreci muito, meus cabelos já caíram um bocado, não tenho mais a minha cabeleira. Tenho boca amarga, o estômago dói, bolhas nos pés. Aí vem a questão da saúde. Eu acho que para mim é o pior porque ela vai derrubando a pessoa, você vai perdendo sentido da vida porque isso aqui para mim era a realização de um sonho, era o meu futuro. Quer dizer, você perde o seu chão, o seu porto seguro, entendeu?
Empresária Gabriela, da Panificação Progresso	Pronzato, 2021	Você vê pessoas entrando em depressão por uma situação que a Braskem causou. Eu perdi um cliente, ele era um senhorzinho. Ele vinha todo dia comprar o pão e aí ele dizia: eu não saio da minha casa, eu não saio da minha casa! A minha mulher morreu aqui, eu vou ficar até morrer. No dia que a Braskem foi lá selar, ele adoeceu, teve um infarto e morreu.
Professora Emília Albuquerque, com vivência de mais de 15 anos na gestão da Escola Municipal Padre Brandão Lima, que funcionava no bairro Pinheiro	Costa; Albuquerque, 2022	É difícil a gente falar sobre isso. Mentalmente, a gente faz questão de esquecer um pouco para seguir em frente. É como se tivessem feito o seguinte: pegue um monte de papel, corte-o e jogue ao vento, para frente. Vai cada um para um lado. Então, nossa saúde mental foi muito afetada
Professora Eunice Novaes, que teve não somente sua casa afetada, mas o local de trabalho, a Escola Estadual Rosalvo Ribeiro, no bairro Bebedouro	Costa; Albuquerque, 2022	Antes mesmo da Defesa Civil definir o futuro das escolas, muitos alunos já tinham pedido transferência. Dispersando totalmente, e assim as perdas passaram a ser sentidas. Foi sofrido e, cada vez mais, nos envolvemos com a situação. A gente já chegava na escola e via as rachaduras e começava a perceber a dimensão do problema. Era muito medo que dominava. Foi doloroso. Cheguei a ir ao psicólogo
José Rinaldo Januário, ex-morador do bairro Pinheiro	Beder, 2023	Faz três anos que saí de lá. Saí em caráter de urgência por determinação do Ministério Público Federal. O imóvel era dos meus pais, construído pelo meu pai, um patrimônio da família conquistado com muito trabalho, que ficou totalmente destruído, a famosa “casa rosa”, muito conhecida, que toda mídia visitou. Meu pai já havia falecido e minha mãe acabou infartando com toda essa tristeza. Nós adoecemos. Minha mulher passou por sérios problemas de saúde, foi diagnosticada com transtornos psicológicos. Eu fiquei bastante angustiado, mas administrei.

Fonte: Elaboração do autor.

Na manhã de 3 de março de 2023 (082 NOTÍCIAS, 2023b), exatos cinco anos do tremor de terra, um ex-morador do bairro Pinheiro, o policial civil aposentado José Ronaldo Dias Cavalcante, foi encontrado morto dentro de seu veículo, estacionado defronte à antiga casa na qual morou até sair por estar em área de risco. No mesmo dia, no perfil da rede social Instagram, @vitimasdabraskem, uma postagem indicou a causa da morte como suicídio. Esta foi, até março de 2023, a 12^a pessoa que tirou sua própria vida. Esse número aparece também em Beder (2023) e Jornal de Alagoas (2023).

Considerações finais

Ao nomear o resultado de uma mineração desastrosa por fenômeno geológico, reiteradamente, a Braskem se exime da autoria do crime corporativo que cometeu. No relatório, do Programa de Compensação Financeira (PCF), o dizer é direcionado para fixar um sentido favorável à empresa. Destarte, aquele que tem sido aventado como o maior crime socioambiental em área urbana e em curso no mundo, não aparece como desastre, tragédia nem crime, mas como evento geológico, um fenômeno da Natureza, que a empresa faz parecer em nada relacionado à extração predatória do sal mineral.

A Braskem busca estabilizar sentidos que corroborem a imagem de uma empresa comprometida com a agenda de sustentabilidade e com a vida da população de Maceió. Evoca o sentido de agilidade, sucesso e empenho na tarefa de realocação e compensação das famílias, como se houvesse reparação integral dos impactos ambientais, urbanísticos e sociais nas regiões afetadas. Por outro lado, pesquisadores, alguns veículos de mídia aqui mencionados e a representação dos atingidos, em redes sociais, têm produzido informações que contestam a versão da empresa.

O uso da linguagem para tornar o crime-desastre uma ação natural e desconectada da mineração do sal-gema é proposital. O que foi lido de material autoral da empresa para produzir este texto, destacadamente o reporte do PCF (Ações em Maceió) está marcado pelo não dito, pela omissão e pela utilização das designações *evento* ou *fenômeno geológico* de forma a produzir um descolamento da imagem da empresa do crime cometido.

Há diversos pontos cegos no desenrolar dos fatos entre a Braskem, as organizações públicas que asseguram o acordo, os atingidos e a população de Maceió. Não há ainda acesso público a um orçamento aberto que revele as exatas cifras a serem gastas com suas respectivas rubricas. Não se produziram nem divulgaram informações oficiais sobre valores de indenização ao estado e ao município. Nenhum levantamento de conhecimento público informa à população sobre a quantidade e a identificação de cada prédio histórico, seja público ou privado, que foi condenado à destruição; assim como não se sabe, em sua totalidade, quais repartições, equipamentos e serviços públicos tiveram atuação interrompida, temporária ou definitivamente quais os custos para sua realocação.

Falta ainda interesse em mensurar os danos à saúde física e mental das vítimas. Uma questão de saúde pública segue ignorada, não só pela empresa e imprensa, mas absurdamente pelos poderes públicos e autoridades constituídas.

Outro ponto relevante e negligenciado é a caracterização da população atingida, que ocupava áreas mais populares, do ponto de vista da raça e cor, uma vez que os bairros mais negros de Maceió são aqueles cuja renda da população é baixa. No entorno da Laguna Mundaú, a presença de pescadores, marisqueiras e diversos trabalhadores informais é marcada pela presença negra. Desconsiderar o perfil racial da população atingida, justamente a mais vulnerável, significa penalizar ainda mais as vítimas, promovendo uma reparação ainda mais problemática, além injusta, racista.

Após seis anos, não há informação acessível sobre como, quando nem qual montante a empresa pretende indenizar o governo estadual pelos impactos causados à gestão pública no que tange ao funcionamento da cidade. De todo o material lido e analisado, constata-se que está longe ainda a reparação integral dos danos causados às vítimas. Em meio às denúncias quanto ao adoecimento psíquico, são contabilizados, informalmente, os suicídios de ex-moradores dos bairros evacuados. Além disso, não se estimou o empobrecimento da população afetada com a perda da dinâmica de geração de trabalho e de renda; tampouco a empresa foi responsabilizada pela drástica alteração da dinâmica imobiliária da cidade.

A exclusão dos representantes dos atingidos na formulação do acordo com o MPF segue beneficiando a Braskem. As contestações ao Termo de Acordo e à ação da empresa questionam os valores pagos pelos imóveis desapropriados, dificultando que as vítimas consigam encontrar outro imóvel compatível, inclusive porque os valores dos imóveis em Maceió aumentaram bastante depois do crime socioambiental. As indenizações por danos morais têm sido questionadas pelas vítimas, bem como sua ausência no caso de empresários e comerciantes.

A dificuldade de obtenção de informações sobre a reparação é notória. Fora o que a Braskem publica mensalmente, obviamente tratando as informações de maneira a valorizar sua atuação e reduzir ao máximo sua responsabilidade, o que se vê em circulação são notícias em veículos de mídia locais, apenas a exemplo: *082 Notícias, Extra e Tribuna Independente*. O perfil da rede Instagram, administrado pelo MUVB representa hoje uma fonte pródiga de contestações e denúncias. O poder econômico da empresa tem sido suficiente para pôr em marcha uma eficiente política do silêncio. Portanto, qualquer tentativa de sistematizar dados para apresentar um panorama, tanto dos danos, quanto da reparação se configura num minucioso e demorado trabalho de juntar informações esparsas, que na sua maioria, deveriam ser públicas e estar disponíveis nos sítios digitais da Braskem e do MPF.

Um ponto crítico continua, até então, sem explicação, precisa ser discutido amplamente com a sociedade: trata-se da destinação das áreas de remoção forçada, adquiridas pela empresa por meio das indenizações, já pagas. Pela localização e paisagem natural, pode-se especular que após a estabilização venha a existir empreendimentos turísticos e condomínios de luxo. Esse

destino vai depender de como se dará a reformulação do Plano Diretor de Maceió. Diante do déficit habitacional gerado pela desocupação das áreas, o mercado imobiliário aqueceu e gerou um fator positivo para a Braskem, uma vez que a petroquímica passou a ser dona dos terrenos. Em contrapartida tornou ainda mais caro morar em Maceió, o que prejudica não somente os atingidos, mas toda a população da cidade.

Caso a Braskem consiga autorização para edificar ou comercializar as áreas, ela sairá muito mais rica depois de devastar cinco bairros da capital alagoana. É mister que as autoridades competentes atuem no sentido de implementar política pública para equacionar o déficit habitacional na cidade, que tem elevado os preços dos imóveis tanto para venda quanto para locação. Hoje, não só sofre quem perdeu suas casas devido às rachaduras, mas é toda a população maceioense que precisa pagar aluguel ou comprar um imóvel, porque os preços se elevaram desproporcionalmente.

O MUVB segue em luta constante para que haja uma renegociação que atualize os valores já pagos de maneira justa. Está em curso também uma tentativa de responsabilizar a Braskem na Justiça holandesa. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada em 13/12/2023 para investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa. Até aqui, a Braskem muito lucrou e, apesar de ter investido para mitigar os efeitos de seu crime, os prejuízos da mineração criminosa estão cada dia mais evidentes, assim como é ineidente a reparação integral justa e devida.

Referências

AFONSO, J.; ROCHA, N. Memórias em ruínas: as mulheres que perderam suas casas e histórias para o crime ambiental da Braskem. *Modefica*, São Paulo, 18 ago. 2021. Disponível em <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/10/29/111204-o-afundamento-em-maceio-e-o-ministerio-publico-um-paralelo-entre-quem-tem-o-dever-de-socorrer-e-quem-tem-o-direito-de-ser-socorrido>. Acesso em 6 mar. 2023.

AGENDA A. Maceió segue entre as três capitais com maior valorização imobiliária no país, aponta nova pesquisa. *Agenda A*, Maceió, 4 abr. 2023. Disponível em <https://agendaa.com.br/2023/04/maceio-segue-entre-as-tres-capitais-com-maior-valorizacao-imobiliaria-no-pais-aponta-nova-pesquisa>. Acesso em 6 abr. 2023.

AGUIAR, V. Braskem fecha 2019 com prejuízo líquido de R\$ 2,8 bilhões, revertendo o lucro de 2018. *Seu Dinheiro*, São Paulo, 4 abr. 2020. Disponível em <https://exame.com/negocios/braskem-registra-prejuizo-de-r-279-bilhoes-em-2019>. Acesso em 4 mar. 2023.

AL2. MPF investiga possível irregularidade na extração de areia na Praia do Francês. *G1*, AL2, Maceió, 3 fev. 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/02/03/mpf-investiga-possivel-irregularidades-na-extracao-de-areia-na-praia-do-frances.ghtml>. Acesso em 4 fev. 2023.

ANGELO, M. Crime socioambiental transformado em lucro imobiliário: o caso da Braskem em Maceió. *Observatório da Mineração*, 9 ago. 2021. Disponível em <https://observatoriodamineracao.com.br/crime-socioambiental-transformado-em-lucro-imobiliario-ocaso-da-braskem-em-maceio>. Acesso em 26 fev. 2023.

ASCOM. Medidas sociourbanísticas: MPF divulga documento elaborado pela Diagonal para escuta pública. *MPF*, Maceió, 16 fev. 2023. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/medidas-socio-urbanisticas-mpf-divulga-documento-elaborado-pela-diagonal-para-escuta-publica>. Acesso em 17 fev. 2023.

BALTHAZAR, R. A responsabilidade da Braskem no desastre em Maceió. *TAB Uol*, Maceió, 19 fev. 2024 (a). Disponível em <https://tab.uol.com.br/edicao/a-responsabilidade-da-braskem-no-desastre/>. Acesso em 15 mar. 2024.

BALTHAZAR, R. Vítimas da Braskem pressionam Justiça para rever valor de indenizações. *TAB Uol*, Maceió, 19 fev. 2024 (b). Disponível em <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/02/19/vitimas-da-braskem-pressionam-justica-para-rever-valor-de-indenizacoes.htm>. Acesso em 15 mar. 2024.

BATISTA, R. O afundamento em Maceió e o Ministério Público: um paralelo entre quem tem o dever de socorrer e quem tem o direito de ser socorrido. *082 Notícias*, Maceió, 29 out. 2022. Disponível em <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/10/29/111204-o-afundamento-em-maceio-e-o-ministerio-publico-um-paralelo-entre-quem-tem-o-dever-de-socorrer-e-quem-tem-o-direito-de-ser-socorrido>. Acesso em 8 mar. 2023.

BEDER, L. Afundamento de bairros afeta saúde mental de moradores em Maceió. *Tribuna Hoje.com*, Maceió, 11 abr. 2023. Disponível em <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/04/11/118986-afundamento-de-bairros-afeta-saude-mental-de-moradores-em-maceio>. Acesso em 12 abr. 2023.

BRANDÃO, R. Braskem sai de lucro para prejuízo no 4º tri e vê alavancagem aumentar. *Exame Invest*. 23 mar. 2023. Disponível em <https://exame.com/invest/mercados/braskem-sai-de-lucro-para-prejuizo-no-4o-tri-e-ve-alavancagem-aumentar>. Acesso em 7 abr. 2023.

BRASKEM. Balanço do programa de compensação financeira e realocação. Versão em português, 2022 (a). Disponível em <https://www.braskem.com/balancopcf>. Acesso em 6 fev. 2023.

BRASKEM. Receita líquida da Braskem alcança R\$ 41 bilhões em 2013. São Paulo, 13 fev. 2014, boletim *on-line*. Disponível em <https://www.braskem.com.br/paratletismo-noticia-detalle/RECEITA-LIQUIDA-DA-BRASKEM-ALCANCA-R-41-BILHOES-EM-2013>. Acesso em 4 mar. 2023.

BRASKEM. Braskem tem lucro recorde de R\$ 4 bilhões em 2017. São Paulo, 29 mar. 2018, boletim *on-line*. Disponível em <https://www.braskem.com.br/detalhe-noticia;braskem-tem-lucro-recorde-de-r-4-bilhoes-em-2017>. Acesso em 4 mar. 2023.

BRASKEM. Relatório anual 2016. São Paulo, 2017. Disponível em https://www.braskem.com.br/portal;braskem/files/BRASKEM_RA2016_pt.pdf. Acesso em 4 mar. 2023.

BRASKEM. Relatório anual 2018. São Paulo, 2019. Disponível em https://www.braskem.com.br/Portal/Principal/arquivos/relatorio-anual/2018/Braskem_RAS2018_portugues_interativo_vf.pdf. Acesso em 4 mar. 2023.

BRASKEM. Braskem registra recordes de resultados em 2021 e retorna ao grau de investimento. São Paulo, 16 mar. 2022, boletim *on-line*. Disponível em <https://www.braskem.com.br/detalhe-noticia;braskem-registra-recordes-de-resultados-em-2021-e-retorna-ao-grau-de-investimento#:~:text=No%20ano%2C%20o%20resultado%20operacional,total%20de%20R%24%2014%20bilh%C3%B5es>. Acesso em 4 mar. 2023.

BRASKEM. Programa de Compensação Financeira passa de 16 mil indenizações pagas até janeiro. Maceió, 13 fev. 2023 (a), boletim *on-line*. Disponível em <https://www.braskem.com/detalhe-noticias-de-alagoas/programa-de-compensacao-financeira-passa-de-16-mil-indenizacoes-pagas-ate-janeiro>. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASKEM. Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação: as ações em Maceió. Brasília, fev. 2023 (b). Disponível em <https://www.braskem.com/balancopcf>. Acesso em 4 mar. 2023.

COSTA, G.; ALBUQUERQUE, J. Os efeitos do crime ambiental da Braskem na educação de Maceió. *Pública*, Brasília, 16 dez. 2022. Disponível em <https://apublica.org/2022/12/os-efeitos-do-crime-ambiental-da-braskem-na-educacao-de-maceio>. Acesso em 11 mar. 2023.

CPRM. Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió (AL): ação emergencial no bairro Pinheiro. *CPRM*, v. 1, 2019. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/imprensa/pdf/relatoriosintese.pdf>. Acesso em 8 fev. 2023.

DIAGONAL. Plano de ações sociourbanísticas: diagnóstico técnico-participativo do PAS. São Paulo, jun. 2021. Disponível em [https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/506151/-8739495276512063683/publicLink/1.11.000.000144.2021-60%20\(1\).pdf](https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/506151/-8739495276512063683/publicLink/1.11.000.000144.2021-60%20(1).pdf). Acesso em 16 fev. 2023.

EXAME NEGÓCIOS. Lucro líquido da Braskem cresce 300% em 2015. *Exame Negócios*, São Paulo, 18 fev. 2016. Disponível em <https://exame.com/negocios/lucro-liquido-da-braskem-cresce-300-em-2015>. Acesso em 4 mar. 2023.

FELIX, R. Braskem fala sobre exploração dos “bairros fantasmas” de Maceió. *BNews*, Salvador, 17 mar. 2023. Disponível em <https://www.bnews.com.br/noticias/nordeste/braskem-fala-sobre-exploracao-dos-bairros-fantasmas-de-maceio-entenda.html>. Acesso em 5 abr. 2023.

FRAGOSO, E. Rasgando a cortina de \$ilêncios: o lado b da exploração do sal-gema de Maceió. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022.

GALINDO, A. Aspectos técnicos de uma mineração desastrosa. In: E. Fragoso (ed.). *Rasgando a cortina de \$ilêncios: o lado b da exploração do sal-gema de Maceió*. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 7^a ed., cap. 4, p. 115-149.0 São Paulo: Loyola, 2013.

JORNAL DE ALAGOAS. Crime da Braskem provoca suicídios em massa e empresa “ganha” área nobre em Maceió, aponta reportagem. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 29 set. 2023. Disponível em [https://www.jornaldealagoas.com.br/geral/2023/09/29/21812-crime-da-braskem-provoca-suicidios-em-massa-e-empresa-ganha-area-nobre-em-maceio-aponta-reportagem#:~:text=Atualmente%2C%20existem%2012%20casos%20de,em%20cinco%20bairros%20de%20Macei%C3%B3](https://www.jornaldealagoas.com.br/geral/2023/09/29/21812-crime-da-braskem-provoca-suicidios-em-massa-e-empresa-ganha-area-nobre-em-maceio-aponta-reportagem#:~:text=Atualmente%2C%20existem%2012%20casos%20de,em%20cinco%20bairros%20de%20Macei%C3%B3.). Acesso em 16 abr. 2024.

MACEIÓ. GGI dos Bairros encaminha parecer sobre Ilhamento Socioeconômico ao MPF. Prefeitura de Maceió, 13 mai. 2021 (a). Disponível em <https://maceio.al.gov.br/noticias/ggi-dos-bairros/ggi-dos-bairros-encaminha-parecer-sobre-ilhamento-socioeconomico-ao-mpf>. Acesso em 23 mar. 2023.

MACEIÓ. Relatório de avaliação socioeconômica do Flexal de Cima, do Flexal de Baixo e parte da rua Marquês de Abrantes, no período de 17/3 a 30/4/2021 em Bebedouro – Maceió/AL. Prefeitura de Maceió, 2021 (b).

MANHAS, A. C. B., *et al.* Dossiê crítico sobre as “escutas públicas” da empresa Diagonal, no âmbito do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas – PAS. MUVB, 2023.

MEDEIROS, C. R. de O.; Silveira, R. A. da. Organizações que matam: uma reflexão a respeito de crimes corporativos. *Organizações & Sociedade*, v. 24, p. 39-52, 2017.

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?”: uma avaliação da (não) fiscalização e da nova Lei de (in) Segurança de Barragens. *Versos-Textos para Discussão PoEMAS*, v. 4, n. 4, p. 1-14, 2020.

MPF. Termo de acordo para extinguir a ação civil pública socioambiental (Processo nº 806577-74.2019.4.05.8000). Maceió, dez. 2020. Disponível em https://www.mpf.mp.br/al/arquivos/2021/Acordo_ambiental.pdf. Acesso em 4 fev. 2022.

MPF. MPF instaura procedimentos para apurar possível crime ambiental na Praia do Francês (AL). Maceió, 2 fev. 2023. Disponível em <https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-instaura-procedimentos-para-apurar-possivel-crime-ambiental-na-praia-do-frances-al>. Acesso em 13 fev. 2023.

MPF. Caso Pinheiro. Brasília, 2021. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/casopinheiro>. Acesso em 26 fev. 2023.

PADILHA, A. Novas rotas para uma cidade à deriva. In: E. Fragoso (ed.). *Rasgando a cortina de \$ilêncios: o lado b da exploração do sal-gema de Maceió*. Maceió: Editora Instituto Alagoas, 2022.

PRONZATO, C. A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió. *Youtube*, 5 ago. 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zBOJbOGcBwo>.

PIMENTEL, E. Acordo sobre indenizações completa dois anos. *Tribuna Hoje.com*, Maceió, 8 jan. 2022. Disponível em <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/01/08/97632-caso-pinheiro-acordo-sobre-indenizacoes-completa-dois-anos>. Acesso em 15 mar. 2023.

RÁDIO UFAL. Ufal e Sociedade 160 - Adoecimento mental das vítimas da Braskem. *Rádio Ufal*, Maceió, 10 mar. 2023. Disponível em <https://radio.ufal.br/programa-ufal-e-sociedade/ufal-e-sociedade-160-adoecimento-mental-das-vitimas-da-braskem>. Acesso em 10 abr. 2023.

RAMOS, M. S. Pesquisa vai identificar transtornos mentais comuns a afetados pelo afundamento do solo em Maceió. *Extra*, Maceió, 25-31 mar. 2023. Disponível em <https://issuu.com/jornaleextra/docs/edicao1209>. Acesso em 10 abr. 2023.

RODRIGUES, R. Braskem admite que retira areia da Praia do Francês, mas nega crime ambiental. *TribunaHoje.com*, Maceió, 27 jan. 2023. Disponível em <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/01/27/115308-braskem-admite-que-retira-areia-da-praia-do-frances-mas-nega-crime-ambiental>. Acesso em 4 fev. 2023.

SIMÓES, P. Fazer dinheiro: o avesso do discurso da sustentabilidade na Vale. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2019.

SIMÓES, P.; Ericson, S. Modelo socioambiental global e mineração no Brasil: a relação entre Estado e mercado em discurso. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador - Recife, v. 46, n. 252, p. 134-165, jan.-abr. 2021.

SIMÓES, P. Discurso de sustentabilidade face ao crime da Braskem em Maceió: reflexões sob a perspectiva pecheutiana. In: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad - ENEO, n. 11, 2022, *Anais eletrônicos*, 2022. Disponível em <http://anpad.com.br/uploads/articles/117/approved/db9e6eef2eb4f0d8c55ecc7beaf2d78d.pdf>. Acesso em 14 abr. 2023.

SOUZA, N. “Plano de Compensação” é injusto com população e deixa Braskem como “vítima” da história. *082 Notícias*, Maceió, 28 fev. 2023 (a). Disponível em <https://082noticias.com/2023/02/28/plano-de-compensacao-deixa-braskem-como-vitima-da-historia>. Acesso em 29 fev. 2023.

SOUZA, N. Diagnóstico da Diagonal é um jogo de cartas marcadas. *082 Notícias*, Maceió, 24 mar. 2023 (b). Disponível em <https://082noticias.com/2023/03/26/diagnostico-da-diagonal-e-um-jogo-de-cartas-marcadas>. Acesso em 25 mar. 2023.

SOARES, B. Braskem teve lucro de R\$ 846 mi no quarto trimestre de 2020. *Monitor do Mercado*, 11 mar. 2021. Disponível em <https://monitordomercado.com.br/noticias/16981-braskem-cia-registra-lucro-liquido-de-rd>. Acesso em 4 mar. 2023.

TN EDITORES. Braskem: receita líquida atinge R\$ 46 bilhões em 2014. *Tn Petróleo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2015. Disponível em <https://tnpetroleo.com.br/noticia/braskem-receita-liquida-atinge-r-46-bilhoes-em-2014>. Acesso em 4 mar. 2023.

TNH1. MPF recomenda suspender extração de areia usada em fechamento de poços da Braskem. *TNH1*, caderno Meio Ambiente, Maceió, 24 fev. 2023. Disponível em <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/mpf-recomenda-suspender-extracao-de-areia-usada-em-fechamento-de-pocos-da-braskem/#:-:text=%C3%80%20Braskem%2C%20o%20MPF%20recomendou,licen%C3%A7as%20ambientais%20e%20miner%C3%A1rias%20concedidas..>. Acesso em 3 mai. 2023.

UOL. Braskem (BRKM5) tem prejuízo líquido de R\$ 1,1 bilhão no 3º tri de 2022. *UOL*, 9 nov. 2022. Disponível em <https://economia.uol.com.br/mais/suno/noticias/2022/11/09/braskem-brkm5-tem-prejuizo-liquido-de-r-11-bilhao-no-3tri22.htm>. Acesso em 1º mar. 2023.

VALÊNCIO, N. A era dos desastres no Brasil: da fase agônica da democracia eleitoral à sobrevida do capitalismo rentista. *Ciência & Trópico*, v. 45, n. 2, 2021.

Valor Econômico. Braskem reverte lucro e tem prejuízo líquido de R\$ 1,71 bilhão no 4º trimestre. *Valor*, São Paulo, 23 mar. 2023. Disponível em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/03/23/braskem-reverte-lucro-e-tem-prejuizo-lquido-de-r-171-bilho-no-4-trimestre.ghtml>. Acesso em 30 mar. 2023.

VELEDA, R. Justiça holandesa vira esperança de vítimas do afundamento em Maceió. *Metrópoles*, Brasília, 17 mai. 2022. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/justica-holandesa-vira-esperanca-de-vitimas-do-afundamento-em-maceio>. Acesso em 19 mar. 2023.

VIEIRA, M. do C. *Daqui só saio o pó: conflitos urbanos e mobilização popular - a Salgema e o Pontal da Barra*. Maceió: Edufal, 1997.

082 NOTÍCIAS. Denúncia: Braskem retira areia da Praia do Francês para tamponar minas em Maceió. *082 Notícias*, Maceió, 27 jan. 2023. Disponível em <https://082noticias.com/2023/01/27/denuncia-braskem-retira-areia-da-praia-do-frances-para-tamponar-minas-em-maceio>. Acesso em 4 fev. 2023.

082 NOTÍCIAS. Policial civil aposentado morre em frente à sua antiga casa no Pinheiro. *082 Notícias*, Maceió, 3 mar. 2023 (b). Disponível em <https://082noticias.com/2023/03/03/policial-civil-aposentado-morre-em-frente-a-sua-antiga-casa-no-pinheiro>. Acesso em 3 mar. 2023.

YIN, Robert K. *Pesquisa Qualitativa: do início ao fim*. Porto Alegre: Artmed, 2016.